

# DF quer dinamizar assistência médica

**Da sucursal de  
BRASÍLIA**

Implantar uma ampla rede de unidades de pequeno porte, baixo custo operacional e fácil acesso, incumbida de prestar atendimento primário à população, apoiada por centros de saúde, hospitais e outros serviços de maior sofisticação tecnológica, estrategicamente localizados, destinados a absorver a demanda gerada por doenças mais graves, menos comuns e não solucionáveis ao nível da periferia do sistema.

Esse, o Plano-Piloto para organizar, regionalizar e racionalizar a prestação de serviços de saúde na área geoeconómica de Brasília, que, por receber pacientes de três Estados — Distrito Federal, Goiás e Minas Gerais —, tornou ineficientes os serviços existentes na Capital Federal. O documento, entregue na última semana ao ministro Jair Soares, foi elaborado por técnicos dos Ministérios da Saúde, Previdência Social, Interior e Educação, Seplan, Organização Mundial e Pan-Americana de Saúde, Fundação Educacional do DF e Secretarias de Saúde do DF, Goiás e Minas Gerais.

Coordenado pelo técnico da Previdência Social, José Leite Saraiva, o grupo de trabalho concluiu que só uma ação em escala regional poderá assegurar prestação de serviços de saúde capaz de atender às reais necessidades da população concentrada na área geoeconómica de Brasília, fornecendo-lhe serviços de menor custo unitário e maior alcance social.

Entendeu o GT, que, devido as suas peculiaridades, a região de Brasília se oferece como excelente campo para experiência de um plano de saúde regionalizado, que poderá ser implantado em todo o País caso de bons resultados na Capital Federal. Segundo os técnicos, Brasília dispõe de uma sólida oferta de recursos assistenciais, quer em termo técnicos, físicos ou hu-

manos, com alta diversificação e grande capacidade de prestação de serviços, a qual não só opera melhor pela insistência nos padrões clássicos.

O fato de equipamentos e serviços existentes na área, embora teoricamente subdimensionados em face da população, apresentarem sensível ociosidade, tanto por serem inacessíveis, em termos de seus preços de oferta, quanto porque insegrem, quando públicos, uma estrutura inadequada, levou os especialistas em saúde a sugerir o fortalecimento médico-assistencial em pontos apropriados da referida área.

Em virtude da multiplicidade de órgãos pouco articulados, a região carece, também, de deficiências nos serviços assistenciais do setor público. A proximidade com a máquina administrativa da esfera federal, o alcance geográfico de quase todos os seus programas e a presença marcante do governo do DF enfatizam a atuação do setor público frente a outras áreas.

O documento recomenda que o espaço geográfico delimitado para a região de saúde de Brasília seja constituído pelo Distrito Federal e partes dos Estados de Goiás (33 municípios) e Minas Gerais (11 municípios). Essa delimitação, na opinião dos técnicos, atende critérios de dimensão, segundo os quais as regiões de saúde no Brasil devem servir contingentes populacionais entre 1 e 3 milhões de habitantes. E, no caso em estudo, a população gira em torno de 1,7 milhão de pessoas.

Esclarecem os técnicos que a população da região sextuplicou nos últimos 30 anos. As taxas de maior crescimento populacional encontram-se no próprio DF, cuja população triplicou no decênio 1960/70, e duplicou nos oito anos seguintes. Por sua vez, a distribuição da população nas áreas urbana e rural mostra o predomínio absoluto da primeira no DF e da segunda nos municípios de

Goiás e Minas, e, apesar de o processo de urbanização nos referidos municípios ser mais lento do que no Brasil como um todo, várias localidades vêm crescendo a um ritmo muito acelerado, especialmente aquelas mais próximas de Brasília.

A média da população migrante na região é bastante elevada, representando quase a metade de sua população total. Os imigrantes que residem nas zonas urbanas procedem, na grande maioria, de outras zonas urbanas e os de zonas rurais de áreas rurais, apresentando as seguintes proporções de menores de 15 anos: 43,6%, 47,9% e 47,7%, respectivamente, no DF, Goiás e Minas.

Em uma visão simples, o GT apresentou as seguintes peculiaridades na atual situação da prestação de serviços de saúde na região geoeconómica de Brasília: concentração no DF de serviços diferenciados, especializados e até sofisticados, em escala suficiente para o desempenho de funções em nível regional e, em alguns casos, também nacional; serviços de saúde privados e públicos, relativamente melhores e com maior capacidade de atendimento na área de Minas; insuficiência na prestação de cuidados primários de saúde em toda a região, inclusive no DF; sub-utilização e deseconomia no funcionamento dos serviços existentes, basicamente devido a fatores de ordem logística e gerencial, além da tradicional escassez e inadequação de recursos humanos e materiais; deficiência de serviços de saneamento básico e inadequação do sistema de financiamento da implantação e manutenção e deficiência quantitativa e qualitativa de habitações, principalmente para populações de baixa renda.

O sistema de serviços da região de saúde de Brasília deverá ser escalonado em 4 níveis, sendo que o de atenção mais complexa deve conter, no estabelecimento que lhe corresponde, níveis de menor complexidade.